

*Dossiê “Faculdade de Formação de Professores:
50 anos formando formadores”*

DE PORTAS ABERTAS PARA A COMUNIDADE GONÇALENSE: as
ações extensionistas como práticas educativas não escolares da
FFP/UERJ

*OPEN DOORS FOR THE GONÇALENSE COMMUNITY: extensional actions as non-
school educational practices of FFP/UER.*

*PUERTAS ABIERTAS PARA LA COMUNIDAD GONÇALENSE: acciones extensionales
como prácticas educativas no escolarizadas de la FFP/UERJ*

Arthur Vianna Ferreira 

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo introduzir a temática da extensão universitária como uma prática educativa não escolar relevante na formação docente inicial. De maneira especial, delinear essa reflexão a partir de um exemplo de ação extensionista dentro do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo. A partir de uma abordagem bibliográfica o texto se fundamenta nos autores da Pedagogia Social e na legislação educacional sobre a extensão universitária. Desde esta articulação teórica e do relato de experiência, ila-se que as ações extensionistas são práticas educativas de caráter não escolar que auxiliam tanto no atendimento das demandas da formação discente quanto na ampliação do conceito de docência para além dos currículos do ensino superior. O relato da ação extensionista corrobora a importância da FFP/UERJ nessa reflexão e a sua existência cinquentenária no contexto universitário fluminense.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Pedagogia Social; Legislação Educacional; FFP/UERJ.

ABSTRACT

This article introduces the theme of university extension as a relevant non-school educational practice in initial teacher training. In a special way, outline this reflection based on an example of extension action in the Department of Education of the Faculty of Teacher Training at UERJ at São Gonçalo. From a bibliographical approach, the text is based on the authors of Social Pedagogy and educational legislation about the university

extension. From this theoretical articulation and the experience report, extension actions are educational practices of a non-school nature that help both in meeting the demands of student training and in expanding the concept of teaching beyond the curriculum of the University education. This extension action corroborates the importance of FFP/UERJ in this reflection and its fifty-year existence in the university context from Rio de Janeiro.

Keywords: *University Extension; Social Pedagogy; Educational Legislation; FFP/UERJ.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo introducir el tema de la extensión universitaria como una práctica educativa no escolar relevante en la formación inicial docente. De manera especial, esbozar esta reflexión a partir de un ejemplo de acción de extensión dentro del Departamento de Educación de la Facultad de Formación Docente de la UERJ de São Gonçalo. Desde un enfoque bibliográfico, el texto se basa en los autores de Pedagogía Social y legislación educativa en materia de extensión universitaria. De esta articulación teórica y del relato de experiencia, se desprende que las acciones de extensión son prácticas educativas de carácter no escolar que ayudan tanto a atender las demandas de la formación como a ampliar el concepto de enseñanza más allá de los currículos de la educación superior. Esta acción de extensión corrobora la importancia de la FFP/UERJ en esta reflexión y de sus cincuenta años de existencia en el contexto universitario de Río de Janeiro.

Palabras claves: *Extensión Universitaria; Pedagogía Social; Legislación Educativa; FFP/UERJ.*

Introduzindo a temática: a extensão universitária como uma porta voltada à comunidade gonçalense

O objetivo desse artigo é ressaltar a importância da extensão universitária, realizada dentro do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) como exercício de práticas educativas não escolares (comumente denominadas de não-formais e informais) realizada pela própria universidade para o seu entorno social no município de São Gonçalo, região do Leste Fluminense.

Assim, esse texto se divide em duas partes. Na primeira parte, introduz-se uma discussão sobre a extensão universitária como espaço de produção de saber preocupado com a produção do saber científico e sua articulação com os grupos sociais fluminenses. Os processos de ensino-aprendizagem

desenvolvidos pelo ensino superior ganham presença na realidade social fluminense vivida nas comunidades de São Gonçalo.

Na segunda parte, constrói-se um relato de uma prática educativa de um projeto de extensão do Departamento de Educação da FFP/UERJ, que se dedica a formação e organização de materiais pedagógicos para educadores sociais dos municípios da região metropolitana fluminense.

Ao fim, o texto traz a ilação que, as práticas de extensão universitária realizadas pela Faculdade de Formação de Professores podem ser exemplos de cumprimento tanto das exigências do tripé universitário quanto do atendimento das demandas da comunidade local. O projeto de extensão trazido como exemplar, elucida este tipo de ação educativa realizada por 50 anos nessa instituição e reafirma a sua (re)existência diante das realidades de desigualdade social, econômica e educacional que a universidade pública enfrenta nos contextos de desmonte educacional presente em nosso país.

A extensão universitária pode ser entendida – também – como uma prática educativa não escolar?

Embora esse questionamento seja pouco usual dentro do próprio ambiente universitário, a resposta para à questão acima é afirmativa. Educar é um processo que envolve diversos fatores sociais, e estão permeados das relações entre os sujeitos envolvidos na educação, que são fundamentais no processo cognitivo desenvolvido pelas instituições educacionais. Quando se reporta às instituições não escolares destinadas a um trabalho educativo específico para determinados grupos e suas condições sociais, esta ideia se torna mais clara. Os fatores sociais passam, de forma direta ou indireta, a condicionar tanto os trabalhos socioeducativos realizados quanto a pôr em relevo as representações de um grupo sobre o outro, que se manifestam na sua prática e na sua convivência cotidiana.

Na verdade, o ambiente social e suas demandas políticas, sociais, econômicas e culturais estão em constante diálogo com os contextos escolares formativos em que atuarão os futuros pedagogos e/ou licenciados. A formação do futuro docente também deve contemplar as práticas e saberes oriundos desses processos de ensino-aprendizagem em espaços “não formais e informais”, ou melhor dizendo, por uma opção metodológica, os espaços chamados “não escolares”.

A expressão “educação não escolar” cunhada no campo teórico da Pedagogia Social por alguns autores – como Souza Neto (2010) e Caliman (2010) – busca reforçar e legitimar a ideia de que este tipo de educação social,

forjada nas comunidades, periferias e outros espaços socialmente constituídos por processos de desigualdade social, possui também uma “forma”, uma intencionalidade, que deve ser respeitada e considerada pelos educadores como legítima organização dos indivíduos para a sua emancipação. O profissional da educação deve estar atento a esses sujeitos, aos seus saberes e “fazeres”, pois, a partir deles é que devemos constituir a nossa prática socioeducativa.

Faz-se relevante construir uma prática formativa docente que leve em consideração os espaços educacionais não escolares. O futuro docente deverá também se preocupar com a organização didática e das relações interpessoais estabelecidas entre os indivíduos que se encontram nos espaços socioeducativos.

Nesse processo de formação docente inicial – e também continuada – deve ser clara a relação estabelecida entre a educação voltada para o social realizado fora do ambiente educativo com um detalhe: a LDB, de 1996, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação docente, de 2006 (para Pedagogos), igualmente a de 2015 (para Licenciaturas), reassumem as práticas educativas como parte da prática profissional do docente, já que essas atribuições eram de caráter da assistência social e do bem-estar social.

Dessa forma, busca-se compreender que a Educação Social (entendida como as práticas educativas realizadas de forma não formal e informal dentro da sociedade brasileira) volta a ser uma das especialidades e/ou práticas específicas das Ciências da Educação – Pedagogia e Licenciaturas – e que, por essa atribuição, se faz responsável pela formação desses profissionais da educação não escolar. Ao mesmo tempo, a Educação Social ganha a incumbência de primar pelo trabalho em rede a ser realizado, tanto com a assistência social quanto com outras instituições sociais que se utilizam dos processos de ensino-aprendizagem no país (nas áreas da saúde, trabalho, sustentabilidade, cidadania, Direitos Humanos, cultura e Lazer, Religião, entre outros).

Contudo, ao ver a organização dos currículos para a formação docente e a pouca oferta de disciplinas e práticas educativas para os espaços não escolares surge os seguintes questionamentos: De que forma pode-se organizar espaços formativos que atendam as demandas dos profissionais da educação que são responsáveis pelas práticas socioeducativas dos grupos, especialmente, em situação de vulnerabilidade social? Quais os conteúdos das ciências da educação são os mais relevantes para atender a essas demandas socioeducacionais? E, em que medida as Universidades são responsáveis pela preparação destes profissionais da educação fora do ambiente escolar?

A extensão universitária pode se apresentar como um dos espaços privilegiados para o trabalho de introduzir esses educadores sociais em

processos formativos que conversem com as realidades sociais das camadas empobrecidas, ao mesmo tempo em que abre a universidade para a discussão sobre as práticas socioeducativas dos profissionais da educação que se encontra nos campos educativos não escolares.

A partir está se discutindo, até o presente momento, a resposta, para pergunta acima, ganha contornos afirmativos. O encontro entre os saberes produzidos pela Universidade e as necessidades da comunidade local é legítimo e fundamental para o crescimento da sociedade. E, por isso, a extensão universitária é um grande desafio em todo o espaço do ensino superior. Embora fundamental na formação do profissional de todas as áreas, a universidade continua a pensar sobre como deveria conduzir esse processo educativo que, junto com o ensino e a pesquisa, forma o tripé imprescindível entre a realidade social e os conteúdos específicos de todas as profissões.

Sousa (2010), ao fazer um breve relato da história da extensão universitária, aponta como esse espaço de formação do ensino superior vem se reinventando ao longo da história da educação superior. Como a autora mesmo expressa,

A extensão universitária surge como instrumento a ser utilizado pela Universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações. Ela vai receber, desde o início, a responsabilidade de efetivar este compromisso, principalmente com as comunidades carentes. (SOUSA, 2010, p. 120).

A extensão entendida ao longo da história como espaço de difusão do conhecimento produzido pela academia, como uma prática política, cultural e ideológica – marcada pela sua relação com os movimentos sociais de caráter estudantil ou social – vista como prestação de serviços caracterizado pela assistência aos carentes, ou, finalmente, como um momento de produção de conhecimento conjunto e mesmo da distribuição do conhecimento produzido junto à comunidade, somente vem potencializar a sua função fundamental no ensino superior, que é a presença da universidade na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros.

Souza Neto (2005) salienta outro elemento importante para os sujeitos que se encontram na seara da construção de ações extensionistas no espaço universitário: a intervenção na realidade social que os projetos de extensão se comprometem com a sociedade contemporânea. A extensão, mais do que espaços de reprodução, transmissão e até produção de conhecimento, deve assumir seu papel social de intervenção na realidade. Dessa forma, para o autor “a extensão, por seu caráter emancipatório, deve propiciar a descoberta da

politicidade e da parceria entre a universidade e a sociedade” (p. 17). Para esse trabalho, a pesquisa, associada às ações de extensão, é fundamental para o caráter de transformação e de construção de novas realidades para com as populações envolvidas nos projetos de extensão universitária de todos os tipos.

Enfim, uma das características que não se pode deixar de citar dos projetos de extensão é o seu caráter de ensino-aprendizagem social. Costa, Baiotto e Garces (2013) mostram que os resultados dos projetos de extensão, principalmente na área das ciências humanas, organizam categorias formativas fundamentais, tanto para a formação inicial quanto a continuada. As categorias mais trabalhadas junto àqueles que participam dos projetos de extensão são “a aprendizagem para a formação profissional, a aprendizagem para a convivência coletiva, inclusão e compromisso social e a aprendizagem para aquisição e/ou mudança de valores e construção cidadã” (p. 62-63).

Assim sendo, os projetos de extensão, ao assumirem essas categorias, possibilitam a sociedade uma prática socioeducativa que atende de maneira mais eficaz as realidades cotidianas. Através desse processo socioeducativo, mais do que colocar em prática aquilo que está nos conteúdos presentes nos currículos das graduações e bacharelados, se possibilita a reinvenção da didática do ensino superior a partir da vida cotidiana, reafirmando as relações humanas como espaços fundantes da aprendizagem social e que precisa ser levada em consideração na formação inicial nas universidades.

Enfim, chega-se a um ponto de convergência: a prática extensionista é fundamental para o processo formativo no ensino superior, não porque é uma ordem imposta pelos órgãos legisladores do ensino no país, mas pela possibilidade de ser um “*outro-espaço-didático*”, que se constrói a partir da realidade social entrando nos centros universitários para dizer que existe vida para além dos muros (in)visíveis do ensino superior. A abertura da universidade para os sujeitos sociais devem ser intenção de todos os trabalhos e pesquisas que ocorrem no âmbito da extensão universitária. Além do mais, essas práticas são apontadas pela legislação e Diretrizes curriculares que orientam a organização da formação docente inicial e continuada na modalidade de ensino superior.

A extensão universitária pode ser considerada um espaço de práticas de educação não escolar na formação docente?

Nesta parte de nossa reflexão, busca-se justificar porque pode-se afirmar a extensão universitária como este espaço formativo docente pensado de forma ampliada para as práticas educativas não escolares. Assim, faz-se importante trazer a legislação educacional para se entender a construção da extensão universitária como indicação de um espaço para realização de três pontos

fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, a saber: (1) a extensão como parte da formação docente inicial e continuada; (2) a extensão como local da produção de prática educativa não escolar a partir das temáticas transversais ao currículo de formação de professores; e, (3) a extensão como possibilidade de abertura da universidade para a sociedade contemporânea, seus desafios, problemas e temas mais relevantes.

1. A extensão como parte importante da formação docente inicial e continuada

As práticas extensionistas estão presentes nos espaços universitários e se constituem em práticas didáticas, não somente relevantes, mas também obrigatórias na formação docente no país. Os artigos 44º e 53º da LDB, de 1996, colocam bem essa realidade. A educação superior deverá conter nos seus currículos e programas a extensão com a finalidade de atender aos alunos naquilo que é específico do seu próprio programa educativo. Da mesma forma, obriga-se a própria universidade a organizar planos de estudos, pesquisas, produções artísticas e atividades em um formato específico que caracterize a extensão universitária de maneira diferenciada do restante das outras duas dimensões das práticas universitárias (ensino e pesquisa). Na verdade, a extensão universitária deverá ser estruturada de forma especial e com uma organização que seja reconhecida dentro do sistema universitário, mantendo sempre a sua autonomia acadêmica e as demais atribuições desse sistema educacional.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (...) IV - de **extensão**, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: (...) III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de **extensão**; § 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: (...) IV - programação das pesquisas e das atividades de **extensão**. (grifos do autor). (BRASIL, 1996).

Essa realidade se apresenta também no DCN de 2015, acerca da organização dos currículos de formação docente das Licenciaturas. Os artigos 3º e 4º deixam explícitos que a extensão faz parte dos princípios básicos da formação do magistério, da mesma forma que o incentivo a participação nos processos educativos organizados pela extensão garante um padrão de qualidade acadêmica que as universidades devem garantir para os seus alunos

em formação inicial. As maneiras de materializar os projetos de extensão como parte obrigatória da formação oferecida pela universidade aos seus alunos devem estar explícitas nos projetos e planos dos cursos a serem apresentados ao Ministério da Educação. Isso corrobora a ideia de que a extensão é uma parte relevante e fundamental para a formação universitária dos futuros profissionais da educação.

Art. 3. § 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (...) V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e **extensão**.

Art. 4. A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). (grifo do autor). (BRASIL, 2015).

Assim, entende-se que a legislação garante a extensão como local imperioso de formação docente inicial e continuada. Isso se apresenta claro na obrigatoriedade da articulação da extensão com a didática geral dos cursos de licenciatura e na mínima organização das atividades de extensão e, que deve estar plasmada nos planos de cursos universitários, podendo, assim, ser acompanhados pelos sistemas educacionais. Na verdade, esses dispositivos da lei tentam concretizar o que está posto nas considerações iniciais das Diretrizes Curriculares das Licenciaturas, considerando a importância da “articulação entre graduação e pós-graduação e a pesquisa e **extensão** como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa”. (grifo do autor).

2. A extensão como local de produção de prática educativa não escolar e os temas transversais do currículo de formação de professores

Da mesma forma que a legislação pontua e delimita a extensão como parte integrante da formação docente inicial e continuada, a mesma apresenta a possibilidade de pensar as práticas extensionistas sob os vieses da Educação e da Pedagogia Social. Essa realidade se concretiza quando determina que o conteúdo a ser trabalhado nesse espaço educacional deve ser composto por temas transversais que sejam relevantes ao próprio educando universitário.

Na LDB de 1996, o artigo 52 tem dois pontos importantes a serem levados em consideração ao relacionarmos a extensão e as práticas não escolares: no primeiro, o reconhecimento do caráter “pluridisciplinar” das universidades, da sua organização e da sua natureza de abranger os diversos conhecimentos constitutivos do ser humano. Isso significa que a universidade se compromete a aceitar outros saberes como parte desse processo de ensino-aprendizagem. No segundo, a primazia dos temas oriundos dos problemas relevantes que compõem a realidade social dos próprios educandos. A partir dessa realidade, a LDB reconhece a relevância de se pensar a construção do conhecimento dos profissionais da educação frente aos problemas sociais (de ordem regional e nacional), o que viabiliza a possibilidade de relacionarmos a produção científica oriunda da universidade com os reais problemas existentes na contemporaneidade brasileira.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de **extensão** e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. (grifo do autor). (BRASIL, 1996).

Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Licenciaturas de 2015, nos artigos 3º e 12º, a extensão abriga os processos formativos, entendida de forma ampliada, que são produzidos por outros espaços sociais, habilitando os mesmos para um diálogo profícuo com o ensino superior. Da mesma forma, o reconhecimento desses espaços também legitima as questões que são consideradas pertinentes para os processos de ensino-aprendizagem para os futuros docentes. Os conteúdos da Ética, estética e do Lúdico que são características das práticas educativas não escolares, fazem parte do núcleo de estudos considerados “integradores”, que auxiliam em certo tipo de enriquecimento dos conteúdos curriculares da formação docente.

Ao contrário, esses conteúdos sociais e “extraclasse” são as possibilidades reais da consolidação das práticas educativas sociais, assim como as reflexões propostas pelo campo do saber da Pedagogia Social na extensão universitária.

Art. 3. § 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos: (...) j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa. (...) III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em: a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição. (BRASIL, 2015).

Nesse mesmo documento, no artigo 16, recorda-se que a extensão universitária também é local pertinente para o exercício da formação continuada. Com isso, podemos inferir que as práticas socioeducativas conseguem o seu alcance à medida que a entrada desses indivíduos na universidade traz, não somente as questões do social, mas sim as demandas coletivas desses profissionais da educação. Essa realidade será organizada a partir de cursos, grupos de estudo e outras atividades que ao mesmo tempo irão atender as demandas desses últimos e promoverá à universidade a capacidade de pensar, refletir e pesquisar os temas que fazem sentido ao seu entorno social e dos futuros docentes.

Art.16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015).

O aperfeiçoamento proposto pela documentação abre a universidade para as práticas socioeducativas, a construção de uma educação social que produza sentido para a universidade e para a sociedade em que ela se encontra e, também, contribui para o campo da Pedagogia Social no Brasil como um todo.

3. A extensão como possibilidade de abertura da universidade para a sociedade contemporânea

Até chegar ao terceiro ponto da reflexão sobre a extensão como prática de educação social, infere-se que a extensão é parte relevante da formação docente e se apresenta como um dos espaços possíveis para utilização da educação social nesse ambiente de aprendizagem. Assim, espontaneamente, coloca a universidade com o compromisso de se abrir à comunidade e aos sujeitos da sociedade de forma geral.

Nos artigos 43 e 77 da LDB, de 1996, suscita a extensão a abrir-se à participação da população para que ela possa usufruir dos benefícios da pesquisa e ciência produzida pela universidade. Da mesma forma – à medida que acontece a universalização do conhecimento científico a esses grupos que frequentam os espaços universitários através da extensão – o próprio ambiente universitário se beneficia com a presença desses sujeitos sociais.

Outro aspecto relevante posto pela legislação é a possibilidade de aproximação entre a extensão com os outros níveis de educacionais escolares (fundamental e médio), tanto com respeito aos professores quanto aos alunos. Logo, a realidade do cotidiano escolar passa a ser um dos campos fundamentais da pesquisa educacional e que auxiliará aos futuros docentes em sua formação inicial. Diante disso, é válido afirmar que os sistemas de ensino administrados pelas diversas instâncias governamentais fomentam a participação nesses espaços através de bolsas de estudos e/outras recursos.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: (...) VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (...) VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Art. 77 § 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo. (BRASIL, 1996).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, o artigo 17 reafirma a extensão como espaço de formação continuada. De fato, a extensão é considerada como uma das formas de atividades legítimas da formação continuada. Para que a extensão cumpra a sua eficácia e eficiência, a abertura desses espaços para o seu entorno é fundamental. Assim, a presença dos sujeitos sociais traz a certeza de que novos saberes e práticas do campo da educação podem passar despercebidas pela própria universidade. Esse é um dos maiores benefícios da abertura proposta pela extensão.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação. § 1º Em

consonância com a legislação, a formação continuada envolve: (...) III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora. (BRASIL, 2015).

Portanto, ao expor-se tanto a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas, de 2015, pontua-se os principais argumentos da documentação educacional sobre extensão universitária e caminhos possíveis para o exercício da educação social. O objetivo não é esgotar a reflexão sobre a extensão universitária e suas relações com o currículo ou com outras dimensões da formação universitária dos futuros docentes. A ideia principal é introduzir a reflexão a partir da indicação de artigos da Legislação Educacional que possam ajudar em outras reflexões sobre a temática e suas possíveis ampliações sobre as extensões universitárias para a formação no ensino superior.

Da mesma forma, o que foi trazido até o presente momento, procura impulsionar a futuras reflexões sobre como esse espaço de formação universitário pode ser pensado para os grupos que se encontram afastados da realidade universitária e, possivelmente, de realidades de desigualdades sociais que podem ser atendidas por ações oriundas de projetos de extensão universitária. Assim, a universidade poderá se abrir para as demandas sociais da comunidade ao seu entorno, da mesma forma que a sociedade poderá contribuir para a formação dos futuros docentes do leste fluminense, de maneira especial, da cidade de São Gonçalo onde se encontra a FFP/UERJ.

A prática educativa não escolar pode abrir as portas da universidade para o seu entorno? O relato de uma prática extensionista do departamento de educação da FFP/UERJ no Leste Fluminense

A partir deste ponto da reflexão trazido por este artigo, compreende-se que a extensão é parte importante da formação docente contemporânea. E, especialmente, na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, essa realidade já acontece na organização dos departamentos que compõem essa unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, nessa segunda parte deste artigo, trazemos uma prática de extensão universitária como exemplo de uma das ações do departamento de educação da FFP que expressa a potencialidade destas ações educativas realizadas diuturnamente, por alunos e professores junto à comunidade, interna e externa da FFP/UERJ.

O relato deste projeto de extensão é um dos exemplos de ações extensionistas da FFP/UERJ, ao longo dos seus 50 anos. Embora não seja o

objetivo deste artigo mensurar a quantidade de projetos e de pessoas atendidas pelos mesmos através da FFP/UERJ no leste fluminense, o relato desta prática extensionista em tela corrobora a relevância das ações produzidas por esta Faculdade de Formação de Professores e sua relação com as reais necessidades socioeducacionais de São Gonçalo e dos municípios circunvizinhos.

Uma ação extensionista capaz de produzir saberes e conhecimentos socioeducativos para além da sala de aula

O projeto de extensão intitulado *“Fora da Sala de Aula: Formações, representações e práticas educativas com camadas empobrecidas no município de São Gonçalo”* está registrado sob o nº 4955 do PR3 da UERJ e vêm realizando desde 2016 atividades de formação continuada entre graduandos da FFP, professores da rede municipal e privada e educadores sociais do município de São Gonçalo e todos os outros municípios fluminenses, com exceção da capital carioca. Nestes encontros mensais, os sujeitos discutem textos sobre Pedagogia Social e filmes, ou documentários, com os temas mais recorrentes sobre as práticas socioeducativas de seus participantes.

Esse projeto é organizado a partir de ações formativas concretas, a saber: (1) cursos de extensão na modalidade à distância duas vezes por ano; (2) encontros mensais com educadores sociais, graduandos e comunidade local para a discussão de temas relativos à pobreza, a educação e a formação docente inicial e continuada; (3) palestras e aulas realizadas fora da UERJ em parceria com as secretarias de desenvolvimento social e educação do município de São Gonçalo e adjacência; e, (4) a organização anual de Jornadas de Educação Não Escolar – JENEPS.

Os sujeitos que frequentam esses espaços de formação continuada propostos pelas ações deste projeto de extensão são, majoritariamente, educadores sociais das instituições socioeducativas dos municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Em sua grande parte (em torno de 60%) possuem a formação em Ensino Médio completo que é a formação básica requerida destes municípios para atuação – e contratação – destes profissionais nos espaços socioeducacionais mantidos pelas prefeituras. Desta forma, as práticas extensionistas deste projeto oferecido pela FFP/UERJ se fazem relevantes para estes educadores sociais e suas práticas cotidianas no campo da educação social fluminense.

As palestras e aulas foras da FFP/UERJ desenvolvidas por este projeto de extensão são articuladas com as Secretarias de Desenvolvimento Social de São Gonçalo e de Itaboraí. Elas acontecem pelo menos duas vezes por ano e

atingem o quantitativo de entorno 300 educadores sociais nas duas prefeituras. No último ano também se estendeu a parceria com a Secretaria de Bem-Estar de Rio das Ostras em formações pontuais que atingem a mais 100 educadores sociais que possuem práticas socioeducativas em diversos serviços articulados com a Assistência social deste município.

Outro ponto relevante destas ações extensionistas está na inclusão do campo do saber da Pedagogia Social na formação docente, inicial e continuada, nos espaços formativos do ensino superior. Ao mesmo tempo aproximar a comunidade do entorno da universidade para as discussões sobre as realidades educacionais concretas que acontecem em espaços não escolares e que fazem parte da cultura local do Leste Fluminense.

Nos grupos de estudos mensais, nos cursos de extensão à distância e nos debates sobre documentários e filmes (*Oficine debate*) participam os graduandos de licenciaturas da FFP/UERJ e os diversos educadores sociais do leste fluminense. A partir destes encontros se realizam trocas formativas fundamentais para os envolvidos neste projeto. Ao trazer a realidade de vulnerabilidade vivida pelos grupos sociais da região metropolitana do Rio de Janeiro – de maneira especial, o município de São Gonçalo – os sujeitos envolvidos nessas ações extensionistas identificam os principais espaços de exclusão existentes nessas cidades, como os indivíduos/grupos vivenciam as diversas situações de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, podem organizar estratégias educacionais que potencializam as suas dinâmicas sociais e políticas para possível defesa e emancipação dos processos de desigualdades sociais. Nesta prática extensionistas são beneficiados graduandos de 06 cursos de licenciaturas da FFP/UERJ (Pedagogia, História, Geografia, Letras, Ciências Biológicas e Matemática) e educadores sociais das secretarias de desenvolvimento social dos 4 municípios do leste fluminense supracitados.

O projeto de extensão também se dedica ao campo de divulgação científica a partir das pesquisas no campo da educação. Estas nascem do contato com as práticas extensionistas realizadas por esse grupo e aproximam a universidade dos sujeitos responsáveis pelas práticas educativas com as camadas empobrecidas existentes na sociedade gonçalense e regiões adjacentes. Este contato proporciona a compreensão das “*lógicas de ações*” dos grupos, a organização das suas vivências e as formas socioeducacionais de perpetuação de (in)submissão desses grupos diante as políticas que são impostas para que sejam vividas pelos indivíduos sociais.

Esse aspecto das relações interpessoais se faz importante para a formação do educador social pois, ao entender essa dinâmica ele pode organizar estratégias supram suprir as reais necessidades dos indivíduos em vulnerabilidade e não aos “*pseudo-pobres*” determinados por representações sociais presentes nas relações psicossociais. Ou seja, se a práticas educativas

estiverem focadas nestas representações, estereótipos e estigmas a respeito aos pobres, as práticas educativas sempre serão ineficazes e insuficientes para retirar os indivíduos de sua situação real de pobreza. (cf. FERREIRA, 2012; 2016).

A inclusão dos resultados das pesquisas sobre as representações sociais de empobrecimento local nas discussões acadêmicas sobre os espaços sociais de educação se transforma em um diferencial na formação docente ampliada (realizada por essa ação extensionista) na busca de alternativas criativas e estratégias educacionais possíveis para atender as demandas socioeducacionais de São Gonçalo e seu entorno.

O que foi exposto até o presente momento demonstra que os espaços de formação promovidos pelas ações extensionistas deste projeto corroboram – e ampliam – o conjunto de ações pedagógicas já existentes no Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo sobre formação docente e desigualdades sociais. Assim sendo, todos os resultados destas práticas extensionistas se aglutinam no Laboratório de Pesquisas e Produtos Pedagógicos para/com Educadores Sociais – LaPPes – UERJ/FFP – criado no final de 2018. Este se transforma em um grande espaço de consulta pública sobre as atividades realizadas pelo projeto e de consulta gratuita dos materiais produzidos pelos sujeitos extensionistas.

Além disso, todo esse material vivenciado e refletido junto aos sujeitos da educação não escolar é organizado, através desse laboratório, em artigos científicos e livros publicados (por editoras como CRV de Curitiba, Pimenta Cultural de São Paulo, Autografia do Rio de Janeiro) ao longo dos últimos 06 anos. O projeto de extensão atinge o seu objetivo final que é a disponibilização para o público em geral de um conjunto de materiais didáticos, próprios e originais, para a formação docente, inicial e continuada, dos educadores sociais fluminenses.

Um dos principais conceitos trabalhados por este projeto de extensão da FFP/UERJ, conforma o campo de *formação docente ampliada*, ou seja, a construção de um conjunto de reflexões sobre as práticas educativas ocorridas fora do ambiente escolar que podem ser utilizadas como elementos fundamentais na organização do trabalho sociopedagógico. A reflexão promovida por esta formação docente ampliada possui as suas bases fundantes em uma discussão que transita nos campos da Pedagogia Social, Psicologia Social, Políticas Públicas e Didática em geral e auxiliam na articulação dos conceitos educacionais de cada um destes saberes para a intervenção do docente nos espaços socioeducacionais buscando atender as demandas específicas dos grupos sociais, de maneira especial, os mais empobrecidos.

Desde 2020, o evento COVID-19 exigiu do projeto de extensão uma readequação das suas atividades presenciais. Dessa forma, um novo formato extensionista se apresentou como possível, agregando novas possibilidades e pessoas nas atividades de extensão dentro do escopo da FFP/UERJ. Assim, faz-se necessário, trazer alguns dados relevantes sobre as atividades realizadas por esse projeto de extensão nesses dois anos (2020 e 2021) através das redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube, Blogs e Podcasts), algumas criadas especialmente para esse período da pandemia e que foram, aos poucos, incorporadas como novas atividades do nosso grupo.

A rede social Facebook (@projexforadasaladeaula) sempre existiu como espaço de divulgação das atividades presenciais do grupo. A partir de abril de 2020, ela passou a ser utilizada para duas novas atividades: a primeira, criada no tempo da pandemia, foi a ação extensionista “*Livestudos*”. Essa prática se constituiu na organização de lives bimestrais que traziam convidados do campo da educação social para discutir sobre as temáticas e os problemas que aconteciam com a presença do COVID-19. Assim, os profissionais da educação social, em diversas partes do país, podem relatar suas experiências e suas criatividade em sua atuação socioeducativa. Esses encontros se realizam através de *streams* gratuitos e têm uma duração de 60 minutos.

A escolha do formato gratuito de trabalho extensionista atende a duas políticas de nosso grupo: (1) a utilização de ferramentas digitais gratuitas, como forma de demonstrar que é possível fazer um trabalho de qualidade, mesmo com baixo orçamento; e, (2) a utilização de redes sociais mais populares e que possam ser executadas em aparelhos de celulares e/ou tablets mais populares. Assim, facilita-se o acesso aos conteúdos e alcançamos uma maior participação da população. Essa atividade foi institucionalizada pelo projeto e é realizada até o presente momento.

Outra atividade que foi readequada para o novo formato de período (pós)pandêmico foi o “*Oficine Debate*”. Antes do evento COVID-19, este evento era realizado de forma presencial nas dependências da FFP/UERJ, onde os alunos assistiam a um filme e logo após discutiam sobre o mesmo. No período pandêmico, essa ação extensionista teve que ser adaptada para o sistema totalmente on-line. Assim, bimestralmente, indicou-se um filme para ser visto e no dia programado era feito uma *live* onde um bolsista do grupo, juntamente com outro convidado faziam a discussão sobre o filme, sempre tendo em consideração um texto sobre Pedagogia Social para a discussão. A live era transmitida ao vivo pelo Facebook e os ouvintes poderiam interagir a partir do chat do Facebook. Esse modelo teve uma repercussão muito positiva, e por isso, transformou-se em uma ação extensionista permanente no quadro de atividades formativas oferecidas dentro da FFP.

Embora o Facebook continue sendo um dos espaços importantes de divulgação sobre as atividades do grupo, a pandemia promoveu a presença das atividades extensionistas em outros espaços de distribuição de vídeos e mídias sociais. Os vídeos produzidos, tanto pela “*livestudos*” quanto pelo “*Oficine debate*”, estão organizados na página do Grupo Fora da Sala de Aula no Youtube com o nome “Projeto Fora da Sala de Aula” (<https://www.youtube.com/channel/UCcWxG9Fs9v1VCRFCOcbv1Zg/videos>).

Assim, deu-se uma nova funcionalidade para a plataforma digital Youtube: ser um repositório de vídeos produzidos pelos jovens bolsistas de extensão, iniciação científica, monitoria, pós-graduação e outros convidados envolvidos na formação continuada de educadores sociais. O Youtube passou a ser o local de encontro de ‘materiais didáticos’ possíveis para as reflexões sobre a Pedagogia Social, a formação docente ampliada e as práticas educativas sociais com as camadas empobrecidas. A utilização dessa plataforma gratuita ampliou o acesso à discussão e promove a universalização de materiais produzidos pelos integrantes do grupo e seus encontros com os educadores sociais, não somente do Leste Fluminense, mas de todo o Brasil.

Outros espaços das redes sociais também foram ocupados desde este período e, atualmente, continuam sendo lugares de ações extensionistas da FFP através deste projeto. O primeiro deles foi a rede social Instagram (@foradasaladeaula). A criação desse espaço de comunicação com o público atendido pela ação extensionista se deu pela sua rapidez e divulgação entre os educadores mais jovens (entre 19 a 30 anos). Com suas notícias mais rápidas e seus vídeos curtos, os conteúdos de formação foram compactados para que mais pessoas pudessem receber os conteúdos, de forma mais simples e pontual.

A partir dos interesses de cada um dos participantes, eles eram indicados a procurar os outros canais do projeto de extensão. Nos últimos 4 anos, além da participação de educadores sociais do sudeste do país, essa rede ampliou o alcance do número de participantes de nossos conteúdos, principalmente de outros estados do Brasil, principalmente das regiões Sul e Nordeste do Brasil, segundo as métricas expostas por esta rede social.

O segundo espaço foi a criação de Podcasts organizados em plataformas gratuitas (Spotify e Anchor.fm) para a leitura e aprofundamento dos textos que foram sendo utilizados nos cursos de extensão a distância e nos grupos de estudo quinzenal com os educadores sociais e os graduandos da FFP.

O canal Fora da Sala de Aula – FFP/UERJ (<https://anchor.fm/professor-arthur> ou <https://open.spotify.com/show/2tl7tie9S0NppzEWc7Cd1D?si=ac3c6539f83c4724>) produziu mais 20 áudios, de 10 minutos em média, com a leitura e a explicação de textos sobre Pedagogia Social e Educação Social. Dessa forma,

ampliou-se as possibilidades de aprendizagens dos sujeitos extensionistas. Atualmente, a procura por esse material em formato de áudio se apresenta de forma contínua através de constantes propagandas realizadas através do perfil do grupo de extensão na rede social Instagram. Para isso é promovido semanalmente lembretes para que os seguidores possam revisitar esses áudios ao longo dos meses. Além disso, esses áudios se transformaram em ‘recursos áudio-didáticos’ para os alunos da graduação de Pedagogia e Licenciaturas da FFP/UERJ nas disciplinas de Didática, Psicologia Social e Psicologia da Educação.

Por fim, vale a pena destacar uma das atividades que mais exigiu do Projeto de extensão para que fosse realizado de forma efetiva e eficaz no período pandêmico: as Jornadas de Educação Não Escolar e Pedagogia Social (JENEPS). Com o fechamento da UERJ nos anos de 2020 e 2021, as jornadas tiveram que ser feitas de forma virtual, como todos os outros eventos e congressos da área da educação no período pandêmico. Isso exigiu de cada um dos integrantes um grande esforço pelas seguintes condições: a utilização de recursos tecnológicos e mídias sociais comuns para o evento, a dependência do pacote de dados de internet de cada um dos integrantes (e participantes do evento), e, a falta de habilidade dos integrantes do grupo para o gerenciamento das tecnologias e mídias digitais que tiveram que ser adaptadas para esse tipo de atividade.

Em 2020, o tema do V (web) JENEPS foi “Educação Social: Entre a pandemia e os pandemônio(s)” e o em 2021, o VI (web) JENEPS fez memória ao centenário de Paulo Freire com a reflexão “Pedagogia Social: da indignação à emancipação”. Além da produção do material físico a partir da publicação dos textos apresentados, a novidade se encontra na gravação das discussões e seu acesso ao público através dos repositórios do Youtube Fora da Sala de Aula.

Essa experiência de virtualidade proporcionada por esses dois eventos extensionista motivou a sua reorganização em 2022 para o formato Híbrido (presencial e remoto). Assim, o VII JENEPS, homenageou o Antropólogo, Educador e Político Darcy Ribeiro com a reflexão “Educação Social: prioridade no Brasil?” promovendo 2/3 das suas atividades de forma presencial, contudo com a possibilidade de participação dos indivíduos de forma remota. A justificativa para essa prática pedagógica híbrida se encontrou na perspectiva de conciliar os benefícios aprendidos desde as atividades remotas do período pandêmico e proporcionar a continuidade do trabalho extensionista de forma a atender o maior número de pessoas em São Gonçalo e em seu entorno.

Em 2023, o VIII JENEPS, acontecerá presencialmente nas dependências da FFP/UERJ no mês de dezembro de 2023. O tema será sobre a Pedagogia Social na América Latina com o título “O plural da Pedagogia Social: os (des)encontros latino-americanos”. O formato híbrido continuará sendo utilizado

e ampliará os encontros dos educadores sociais e graduandos da FFP/UERJ com os teóricos da Pedagogia Social da Argentina e do Uruguai que são os convidados a dialogar sobre as vivências socioeducativas destes países.

Por fim, ila-se que o exemplo das práticas extensionistas citadas reforçam a potencialidade a extensão universitária sustentada pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo, promovendo um espaço de encontros entre os educadores sociais de São Gonçalo, e municípios circunvizinhos, os graduandos de Licenciaturas e todos os interessados sobre a temática.

Assim, a extensão universitária continua produzindo sentido e significado para a formação dos graduandos ao mesmo tempo que contribui para que a formação docente tenha o seu lugar de relevância dentro do contexto socioeconômico, muitas vezes de empobrecimento, em que se encontra sediada essa unidade da UERJ no Leste Fluminense.

Enfim, a extensão universitária abre as portas da Universidade para a comunidade Gonçalense? Algumas considerações (im)parciais.

Sim. A Extensão Universitária abre as portas da Universidade para a comunidade de São Gonçalo e regiões adjacentes. Esta afirmação direta e positiva aponta para um futuro de práticas extensionistas que transitam entre a segurança e a esperança acadêmica.

A segurança se apresenta na primeira parte deste artigo expressa no esforço em trazer o campo da Pedagogia Social para a discussão sobre a organização de práticas extensionistas com o objetivo de reconhecer que no tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – existe um processo educativo estruturante para a formação acadêmica e científica que pode ser enriquecido com as práticas socioeducativas. Este tipo de reflexão assegura, minimamente, um olhar sobre as práticas pedagógicas dentro do ensino superior que articule os conteúdos científicos e as demandas reais da localidade em que a universidade se encontra.

Essa é a primeira porta da universidade a ser aberta. Como organizar processos formativos que possam atender as demandas de uma sociedade que utiliza a educação como parte da inclusão social dos grupos sociais vulneráveis? E em qual espaço seria o mais favorável para a formação desses indivíduos, de forma a entender as necessidades desses grupos e da sociedade contemporânea brasileira?

A extensão universitária se apresenta como um desses lugares. A partir de um olhar que vislumbra as atividades de extensão como a realização de uma prática de educação social, o artigo insiste em delimitar, a partir dos dispositivos expostos nas leis, as intenções dessa prática universitária. Com isso, esse artigo se apresenta como uma introdução sobre uma discussão que deve ser aprofundada, de maneira reflexiva e prática, por outros indivíduos que se encontram realizando ações extensionistas em universidades públicas e privadas.

À medida que os professores universitários se comprometem a pensar sobre a extensão como uma prática educativa não escolar legítima na formação docente constrói-se uma relação mais visceral entre o conhecimento científico acadêmico e as realidades sociais que estão inseridos os sujeitos sociais do ensino superior. Seja com respeito às práticas seja em relação às pesquisas oriundas dos projetos de extensão, estes são locais privilegiados para a compreensão da realidade social em que se desenvolve a formação inicial e continuada em São Gonçalo.

A esperança está na segunda parte deste artigo. O projeto de extensão trazido como exemplo, os seus sujeitos e as suas diversas formas de atuação com os educadores sociais e os graduandos do leste fluminense demonstra a relevância da Faculdade de Formação de Professores no contexto educacional de São Gonçalo. Nestes 50 anos de existência, a FFP/UERJ se apresenta como uma ponte de possibilidades entre a produção científica e a comunidade do Leste Fluminense. Seus projetos de extensão são expressões dessa preocupação expressa nas atividades propostas a comunidade do seu entorno. Assim, os projetos de extensão propostos pelos departamentos da FFP/UERJ, são a segunda porta aberta pela universidade para acolher a comunidade gonçalense e suas realidades marcadas pelas desigualdades sociais.

O Projeto de Extensão Fora da Sala de Aula, do Departamento de Educação, é apenas um exemplo de tantos outros projetos que, ao longo dos anos, a FFP/UERJ proporciona à população fluminense. O exemplo criativo - e inventivo - de continuidade de suas práticas mesmo no período pandêmico reflete flexibilidade e sensibilidade de cada um dos coordenadores dos projetos de extensão na organização de suas práticas educativas. Da mesma forma, a preocupação deste campus da UERJ em permanecer de portas abertas (de modo presencial, remoto e híbrido) para que a sociedade gonçalense continue se beneficie de uma formação autêntica, autônoma e emancipadora.

Estar de portas abertas para a comunidade trata-se da possibilidade de escolhas epistemológicas a serem realizadas pelos projetos de extensão nos processos de ensino-aprendizagem com os sujeitos de São Gonçalo e municípios circunvizinhos. Este movimento educacional, já acontece a 50 anos através da FFP/UERJ. Oxalá, a extensão universitária seja sempre uma destas

portas que auxiliem na aproximação do saber-fazer-educacional com a realidade cotidiana de todos os profissionais da educação nesta parte leste da região metropolitana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mai. 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jul. 2015.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 23, p. 341-368, 2010.

COSTA, Aline Aparecida; BAIOTTO, Cléia Rosani; GARCES, Solange Beatriz. Aprendizagem: o olhar da extensão. IN: SIVERES, Luiz (Org.) **A extensão universitária como princípio de aprendizagem.** Brasília: Editora Liber Livro, p. 61-79, 2013.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e evasão em espaços educacionais não escolares.** Curitiba: CRV, 2016.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e Identidade Profissional: práticas educativas com camadas empobrecidas.** Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2012.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** Campinas: Editora Alínea, 2010.

SOUZA NETO, João Clemente de. Pedagogia social: a formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPG-UFES.** Vitória, v. 16, n. 32, p. 29-64, 2010.

SOUZA NETO, João Clemente de. **Extensão Universitária: Construção de Solidariedade.** São Paulo: Editora Expressão e Arte, 2005.

Submissão em: 01 jul. 2023.

Aceite em: 16 out. 2023.

Arthur Vianna Ferreira

Professor da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais – PPGEDU – FFP/UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Fora da Sala de Aula – FFP/UERJ. Pesquisador sobre Pedagogia Social, Representações Sociais de Pobreza na Formação Docente e Práticas Educativas Não Escolares.

Email: arthuruerjffp@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6209418269981786>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5297-1883>